

Diretor da Odebrecht não convence CPI

Gustavo Miranda

BRASÍLIA — O primeiro depoimento de um representante de empreiteira na CPI do Orçamento, o de Manoel Ailton Reis, diretor da Construtora Norberto Odebrecht, serviu somente para reforçar as suspeitas de que existe um conluio entre parlamentares, o Poder Executivo e as empreiteiras para manipular as verbas públicas no Orçamento Geral da União. Num longo depoimento, Ailton não conseguiu explicar ou negar os indícios de envolvimento de parlamentares num esquema de propinas, preferindo justificar os percentuais que acompanham os nomes de parlamentares nas listas apreendidas pela CPI a uma intenção antecipada de distribuir US\$ 12 milhões em ajuda para as campanhas eleitorais de 1994.



— Depois de ouvir a maioria de suas respostas, posso dizer: o senhor não me convenceu. Veio aqui cumprir uma missão com muita coragem, que foi isentar os parlamentares e a Organização — disse o relator geral, Roberto Magalhães (PFL-PE).

Reis assumiu a responsabilidade perante a CPI, garantindo que foi uma relação elaborada de forma unilateral, sem consulta à direção da empresa ou aos futuros beneficiados. No caso do deputado Miguel Arraes (PSB-PE), que aparece como autor de um pedido de ajuda de US\$ 30 mil, ele disse:

— Duas mil desculpas ao deputado Miguel Arraes. Foi só o desejo de um funcionário da empresa em Recife, mas quando chegou a mim, eu engavetei.

Acompanhado de diversos assessor



Ailton Reis: longo depoimento na CPI do Orçamento reforça tese de que há mesmo esquema das empreiteiras

sores, entre eles o advogado José Carlos Dias, Reis caiu em contradição ao tentar explicar os documentos encontrados em sua casa. Sua primeira versão, de que seria o único autor da lista de eventuais favorecidos nas campanhas, foi derrubada pelo deputado Luis Salomão (PDT-RJ), que mostrou haver três caligrafias diferentes nas listas.

Roberto Magalhães e outros parlamentares insistiram para o depoente revelar a identidade de

uma pessoa, com codinome "Tio", responsável pelo descontingenciamento, alteração de verbas e aumento de valores de recursos carimbados para a Odebrecht. Os membros da CPI suspeitam que seja um ministro ou mesmo Paulo César Farias.

Os parlamentares queriam saber também quem seria outro personagem identificado apenas pela letra "P", que aparece como responsável por uma portaria reduzindo exigên-

cias para a liberação de recursos em obras da Odebrecht realizadas em estados e municípios. Reis se negou a responder, mas Luis Salomão acredita que seja o ex-secretário executivo do Ministério da Agricultura Paulino Garcia, que assinou portaria dispensando os estados e municípios de entrar com 30% dos recursos para obras financiadas pelo Governo Federal na área de irrigação e de obras contra a seca.